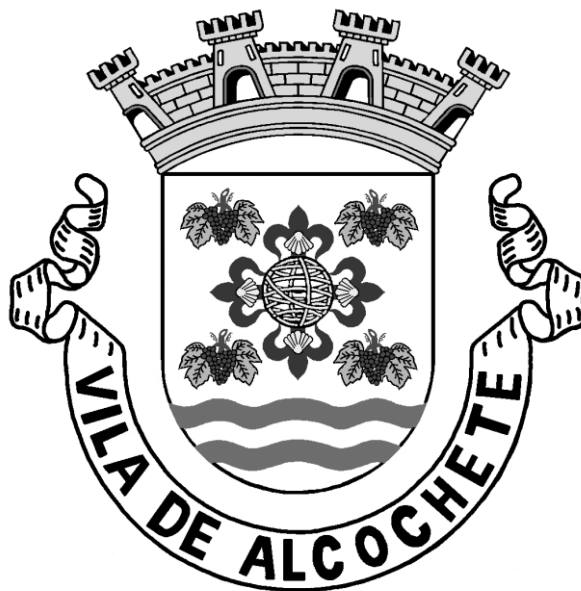




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 24

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 06 DE DEZEMBRO DE 2023

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	10
C. ORDEM DO DIA	10
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	10
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	10
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	11
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	11
4.1. RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO, NO ÂMBITO DO PROC.º LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º LU/2019/2 - ALVARÁ URBANIZAÇÃO N.º 1/2020	11
4.2. RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO, NO ÂMBITO DO PROC.º DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO N.º LE/2019/5 - ALVARÁ URBANIZAÇÃO N.º 4/2022	12
4.3. REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO SOCIAL DO PASSIL	13
4.4. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DO FÓRUM CULTURAL DE ALCOCHETE AO CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, EPE	15
4.5. BOLSAS DE ESTUDO “ALCOCHETE EDUCA” – LISTA DEFINITIVA DE SERIAÇÃO DE CANDIDATOS	15
4.6. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O TÊNIS CLUBE DE ALCOCHETE	16
4.7. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O GRUPO DESPORTIVO ALCOCHETENSE.....	17
4.8. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A ASSOCIAÇÃO ALCOCHETE AKTIVO	19
5. APOIOS FINANCEIROS	20
6. INFORMAÇÕES	22
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	25
ENCERRAMENTO	25

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e o senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram por motivo considerado justificado os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Dário João Ferra Moura.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente deu conhecimento do pedido de suspensão do mandato, apresentado pela senhora vereadora Natacha Patrícia Bexiga Patinha, através de comunicação escrita, registada sob o n.º 12120, datada de 20 de novembro de 2023, por motivos de formação profissional, nos termos e para efeitos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, com efeitos a partir do dia 23 de novembro de 2023 e até ao dia 30 de abril de 2024.

Submetido à aprovação, a Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade a suspensão do mandato da senhora vereadora Natacha Patrícia Bexiga Patinha, até ao dia 30 de abril de 2024.

A 23 de novembro de 2023, procedeu-se à convocação formal, através do ofício registado sob o n.º 3381, do cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista da Coligação Democrática Unitária (eleição dos órgãos das autarquias locais ocorrida no dia 26 de setembro de 2021), o senhor Pedro Jorge Marcelino Ferreira para sua substituição no cargo de vereador.

Encontrando-se o mesmo presente no salão onde decorria a reunião, foi pelo senhor presidente, após ter sido verificada a sua identidade e legitimidade para o preenchimento

da vaga, investido nas suas funções de vereador da Câmara Municipal de Alcochete, integrando assim o órgão executivo do Município, iniciando de imediato o exercício das suas funções, passando a tomar parte nos trabalhos da presente reunião.

Seguidamente o senhor presidente informou que em outubro de 2022 a Resolução do Conselho de Ministros impôs a implementação de uma Comissão Técnica Independente (CTI), tendo a mesma sido mandatada para que até dezembro de 2023 realizasse uma análise multidisciplinar do aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa e avaliação das opções estratégicas, cuja missão foi concretizada dentro do prazo, culminando no dia de ontem com a apresentação pública dos resultados preliminares que decorreu no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) onde esteve presente na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Alcochete, assim como nas reuniões de acompanhamento que se realizaram durante todo o ano e que contaram igualmente com a presença de outros autarcas, catedráticos e outros especialistas que sempre relevaram o papel fundamental desta Comissão que teve sob sua responsabilidade um processo complexo.

Adiantou que a CTI apontou Alcochete como a solução com mais vantagens para o novo aeroporto entre as duas soluções viáveis para um *hub*, que é um aeroporto que funciona como plataforma de distribuição de voos no ponto de vista intercontinental. Estiveram lado a lado as soluções Humberto Delgado + Campo de Tiro, até o Campo de Tiro ficar com duas pistas e Humberto Delgado + Vendas Novas, até Vendas Novas ficar igualmente com duas pistas. As opções Humberto Delgado + Montijo e Montijo como *hub*, foram classificadas como inviáveis por razões aeronáuticas, ambientais e económico financeiras. Também as opções Humberto Delgado + Santarém e Santarém como aeroporto único não são viáveis por razões aeronáuticas de acordo com a CTI que teve em conta fatores críticos de decisão que passaram pela segurança aeronáutica, acessibilidade e território, saúde pública e viabilidade ambiental, conectividade e desenvolvimento económico, investimento público e modelo de financiamento cuja análise deu origem a uma lista de opções que foram entregues ao Governo.

Continuou informando que no que diz respeito à segurança aeronáutica, Alcochete ficou em primeiro lugar e Vendas Novas em segundo lugar; acessibilidade e território, Humberto Delgado + Montijo ficou em primeiro e em segundo lugar Humberto Delgado + Alcochete;

saúde pública e viabilidade ambiental o primeiro lugar foi atribuído a Vendas Novas tendo Alcochete ficado em segundo; conetividade e desenvolvimento económico Humberto Delgado + Alcochete ficou em primeiro lugar e em segundo classificado ficaram as opções Humberto Delgado + Santarém e Humberto Delgado + Vendas Novas; investimento público e modelo de financiamento, a opção Humberto Delgado + Alcochete ficou em primeiro lugar e Humberto Delgado + Santarém e Humberto Delgado + Vendas Novas ficaram em segundo.

Partilhou que a senhora coordenadora da CTI frisou no dia de ontem que a construção do novo aeroporto não necessita de financiamento público, sendo que todas as opções são financeiramente viáveis. O relatório preliminar entrou no dia de hoje em consulta pública e institucional pelo período de 30 dias úteis, findo os quais a CTI depois de avaliar a racionalidade, o mérito, a oportunidade e a pertinência técnica de cada um dos contributos que possam surgir na consulta pública, irá realizar o relatório final.

Esclareceu que a decisão final caberá ao Governo, no entanto, o senhor Primeiro-Ministro referiu que não tinha legitimidade para avançar com esta decisão política, entendendo que após as eleições legislativas do dia 10 de março de 2024, o Governo que assumir funções tem condições para tomar uma decisão. Continuou afirmando que qualquer que seja o Governo que surja após as eleições espera que não deite para o lixo um trabalho exaustivo, complexo e rigoroso que a CTI desenvolveu ao longo de um ano e que não se tenha de aguardar muitos mais anos por um investimento que é estruturante e fundamental para o país.

O senhor vereador Jorge Giro aludiu que o assunto do aeroporto é há mais de 2 mandatos objeto de discussão neste Órgão Colegial e que se esta opção avançar, a mesma vai de encontro ao que os autarcas da CDU local e não só, sempre pugnam, adiantando que embora Alcochete não tenha 1m² de terreno no espaço previsto para o novo aeroporto, foi o nome atribuído em 1904 pelo Rei D. Carlos, pelo facto de Alcochete ser o lugar mais próximo.

Asseverou que está convicto que existem duas opções sobre esta matéria e que passa pelas próximas eleições legislativas que ou culminam na vitória de uma maioria de esquerda e este processo garantidamente avança, ou se pelo contrário caso exista uma maioria de

direita tem muitas dúvidas que tal aconteça, recordando que no passado existiram vários *outdoors* em que o PSD tinha uma imagem com a frase: «Aeroporto na BA6 Já!», esperando que se forem coerentes não irão querer que esta nova infraestrutura seja no Campo de Tiro de Alcochete. Contudo, também tem memória de ver o senhor Primeiro-Ministro António Costa a presidir a uma cerimónia de apresentação do projeto na Base Aérea n.º 6 (BA6) daquilo que era dado como certo.

Revelou que ficou agradado ao ver o senhor presidente da câmara a tomar uma posição concreta e firme nesta matéria e a desejar que esta infraestrutura venha para o Campo de Tiro de Alcochete, porque embora tenham existido várias entrevistas, várias questões e Moções apresentadas pela CDU nas reuniões de câmara nunca foi perentório e sempre disse que sendo na BA6 ou no Campo de Tiro, desde que salvaguardasse e bem a saúde e o bem estar, se iria tirar proveito do que fosse melhor para o concelho. Reiterou a sua satisfação pelo facto do senhor presidente estar ao lado da melhor opção, mesmo sem se ter ouvido a população. Revelou que não tinha conhecimento se o senhor presidente teria sido ou não questionado por alguma entidade em relação à localização do novo aeroporto, visto que sempre afirmou não tomar qualquer posição pública, porque ninguém o teria questionado.

Acrescentou que os terrenos do Campo de Tiro de Alcochete são públicos, livre de custos de aquisição, ao contrário de Vendas Novas que são privados e que implica expropriações, estando convicto que a ANA-VINCI não vai perder a “galinha dos ovos de ouro”, até haver uma conclusão, porque a concessão da “Ponte Vasco da Gama” e da “Ponte 25 de Abril” tem prazo até 2030 e que até essa data tudo irá ser prorrogado, com novas benesses para que a ANA encare esta matéria como um investimento.

O senhor presidente esclareceu que sempre afirmou que se alguma vez fosse questionado por parte do Governo para que a Câmara Municipal de Alcochete se pronunciasse sobre a localização do novo aeroporto, realizaria uma consulta pública para esse efeito, reiterando que nunca foi questionado sobre esse tema e expondo que as informações chegaram ao Município de Alcochete e às outras autarquias como um dado adquirido, todavia, a diferença é que outros autarcas andaram durante vários meses aos “gritos” e a chamar o aeroporto para o seu município, quando por sua vez se manteve sereno, tranquilo e com sentido de estado.

Realçou o trabalho que a CTI realizou e que ao dia de hoje está muito mais seguro para ter uma opinião muito mais objetiva, porque tem em sua posse um conjunto de dados e informações técnicas, inclusivamente saber que o aeroporto se paga por ele próprio com a eventualidade de poder existir a necessidade de prorrogação do prazo de concessão, o que na sua opinião será legítimo.

O senhor vereador Jorge Giro afirmou que já existia um estudo, realizado há uns anos sob a liderança do LNEC, havendo por isso a Declaração de Impacto Ambiental que permitia afirmar que Alcochete era a melhor opção, já salvaguardando a segurança.

Compreende a expressão “gritos”, mas que ninguém defendeu que queria o aeroporto no seu município, contudo, existiam vozes claras, como a do senhor presidente da câmara do concelho vizinho que sempre “gritou” que queria o aeroporto na BA6 e os restantes que estavam mais envolvidos queriam no Campo de Tiro de Alcochete, à exceção do senhor presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, que também queria na BA6. Todavia, a ANA enviou uma carta a cada município diretamente envolvido para que se pronunciassem sobre o novo aeroporto, sendo que Alcochete foi o único município a não dar resposta.

O senhor presidente referiu que em relação ao que o senhor vereador Jorge Giro afirmou, não é a ANA que tem de perguntar sobre a localização do novo aeroporto. Compete somente à ANA a gestão dos aeroportos e seria o Governo que tendo o poder de decisão é que teria de fazer essa pergunta, algo que nunca aconteceu.

O senhor vereador Jorge Giro asseverou que felizmente e até aos dias de hoje ainda não caiu uma asa ou roda de um avião em cima de um prédio. Noutras cidades europeias, a construção dos novos aeroportos distam a 30 ou a 50 quilómetros dos grandes centros urbanos, informando que no passado teve a possibilidade de participar numa conferência com o senhor Fernando Medina que defendia a localização do novo aeroporto na Base Aérea n.º 6, quando já existia um aeroporto de risco situado no meio de Lisboa, tendo-o questionado se enquanto autarca iria assumir a responsabilidade de estar a potenciar um possível desastre, contudo, não obteve resposta.

O senhor presidente acrescentou que o aeroporto Humberto Delgado, do ponto de vista ambiental e da saúde pública é um problema sério sendo por isso imperioso que haja a coragem de se tomar uma decisão logo após as eleições legislativas e não se perder mais tempo em relação a esta matéria.

Seguidamente o senhor vereador Pedro Ferreira apresentou a seguinte Moção:

- Pela construção do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete

«A Comissão Técnica Independente (CTI) nomeada para decidir a metodologia para localização do futuro Aeroporto, apresentou no passado dia 5 de dezembro, as suas conclusões, onde se destaca a confirmação da zona do Campo de Tiro de Alcochete (CTA) como o local que mais vantagens reúne para receber o Novo Aeroporto de Lisboa - NAL.

Recordamos que a opção Campo de Tiro de Alcochete estava anteriormente estudada, acordada, consensualizada e já tinha um Estudo de Impacte Ambiental positivo, tendo esta opção sido contrariada após a privatização da ANA e os interesses da Vinci passarem a ser considerados de maior importância, em relação aos interesses do país, da região e do concelho de Alcochete.

Igualmente recordamos que os eleitos da CDU sempre foram coerentes na defesa e continuarão a defender, que o país tem de ser dotado de uma infraestrutura aeronáutica que responda às suas necessidades, que permita a sua expansão e promova o desenvolvimento económico e social, que só a opção Campo de Tiro de Alcochete, construído por fases, consegue dar resposta.

Este tem sido um processo conturbado que, ao longo do tempo, tudo se fez, inclusive alterar o Decreto-Lei 186/2007, para que a voz dos autarcas não tivesse qualquer impacto numa decisão, que seria meramente política e que apenas defendia os interesses de uma multinacional.

Sabemos todos e não temos dúvidas, que é tempo de avançar com a construção de um aeroporto que, há mais de 50 anos, está a ser discutido.

Sabemos todos que já foram gastos largos milhões de euros em projetos, estudos, avaliações, pareceres jurídicos, cerimónias de apresentação e outros, entre Rio Frio, Ota, Campo de Tiro de Alcochete e BA6, para não se chegar a qualquer decisão definitiva!

Sabemos todos e não temos dúvidas, que a localização Campo de Tiro de Alcochete é a melhor opção estratégica que terá enorme impacto económico no país, na região, no concelho de Alcochete e localidades limítrofes, pois criará emprego e trará mais desenvolvimento económico.

Sabemos todos e não temos dúvidas, que este é o momento de agir!

É momento de terminarmos com os ziguezagues políticos e olharmos de forma integrada para as potencialidades, possibilidades e necessidades que a construção faseada do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete coloca no plano das diversas infraestruturas e redes de transportes e na sua relação com o desenvolvimento do País.

Reunidos em 6 de dezembro de 2023, os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Alcochete:

- a) Defendem as conclusões do relatório preliminar da Comissão Técnica Independente, que confirma o Campo de Tiro de Alcochete como o melhor local para instalar o Novo Aeroporto de Lisboa;
- b) Lutarão contra as tentativas de descredibilização da Comissão Técnica Independente e da solução Campo de Tiro de Alcochete, que se vierem a verificar.

Mais pretendemos que esta Moção seja remetida para:

- Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
- Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Assembleia Municipal de Alcochete,
- Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho de Alcochete;

- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Associação dos Municípios da Região de Setúbal;
- Comunicação Social local, regional e nacional.»

Submetida à discussão e votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da câmara apresentou a seguinte declaração de voto:

«O meu voto favorável deve-se fundamentalmente àquilo que consta no relatório preliminar da Comissão Técnica Independente e por esse motivo é que voto favoravelmente a esta Moção»

Todos os presentes eleitos pelo Partido Socialista partilharam da mesma declaração de voto.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €5.632.890,29 (cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa euros e vinte e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 22/11/2023 e 05/12/2023, autorizou o pagamento da despesa, no montante de € 1.347.685,38 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 4579 ao n.º 4811.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 25 de outubro de 2023

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Pedro Ferreira por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Receção Provisória das Obras de Urbanização e Redução da Caução, no âmbito do Proc.º Loteamento com Obras de Urbanização n.º LU/2019/2 - Alvará Urbanização n.º 1/2020

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A requerente – Catarina Maria Rana Ribeiro – Proc.º LU/2019/2, na qualidade de proprietária solicita, através do requerimento n.º LE/2023/20/SPO, a receção provisória das obras de urbanização do alvará em epígrafe;

2. Conforme o auto de vistoria realizado em 20/11/2023, considera-se que as obras de urbanização, encontram-se em condições de serem rececionadas provisoriamente;
3. Assim, deve ser mantido um valor caucionado correspondente aos referidos 10%, que só poderão ser libertados com a receção definitiva das obras de urbanização.

Propõe-se que:

1. Seja homologado o auto da receção provisória acima referido;
2. O valor de €45.399,68 (quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e nove euros e sessenta e oito cêntimos), atualmente caucionado, seja reduzido em €40.859,71 (quarenta mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e setenta e um cêntimos), mantendo caucionado o valor de €4.539,97 (quatro mil, quinhentos e trinta e nove euros e noventa e sete cêntimos), destinado a garantir a conclusão e a boa execução das obras de urbanização relativas aos arruamentos, às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, gás, telecomunicações e iluminação pública, que a mesma poderá ser libertada com a receção definitiva das obras de urbanização.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Auto da Receção Provisória, como **Doc. 1**.

4.2. Receção Provisória Parcial das Obras de Urbanização e Redução da Caução, no âmbito do Proc.º de Obras de Construção e Urbanização n.º LE/2019/5 - Alvará Urbanização n.º 4/2022

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A requerente – Marmequer, Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A. – Proc.º LE/2019/5, na qualidade de proprietária solicita, através do requerimento n.º

LE/2023/592/SPO, a receção provisória das obras de urbanização do alvará em epígrafe;

2. Conforme o auto de vistoria realizado em 07/11/2023, considera-se que as obras de urbanização, encontram-se em condições de serem rececionadas provisoriamente;
3. Assim, deve ser mantido um valor caucionado correspondente aos referidos 10%, que só poderão ser libertados com a receção definitiva das obras de urbanização.

Propõe-se que:

1. Seja homologado o auto da receção provisória acima referido;
2. O valor de €56.559,45 (cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos), atualmente caucionado, seja reduzido em €37.174,63 (trinta e sete mil, cento e setenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos), mantendo caucionado o valor de €19.384,82 (dezanove mil, trezentos e oitenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), destinado a garantir a conclusão e a boa execução das obras de urbanização relativas aos arruamentos e sinalização, às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e iluminação pública, que a mesma poderá ser libertada com a receção definitiva das obras de urbanização;
3. Sendo a caução prestada sob a forma de hipoteca sobre bens imoveis propriedade do requerente, deve manter-se a hipoteca sobre o lote 131, no valor de €29.892,41 e que seja libertado a hipoteca sobre o lote 132.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Auto da Receção Provisória, como **Doc. 2**.

4.3. Regualificação do Centro Social do Passil

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Em reunião de Câmara de 13/09/2023, a câmara aprovou, o projeto de execução para Requalificação do Centro Social do Passil com uma estimativa orçamental de €314.014,85 (acrescidos de IVA à taxa em vigor);
2. O Concurso Público para adjudicação da empreitada de Requalificação do Centro Social do Passil ficou deserto, foi efetuada uma revisão à Estimativa Orçamental Inicial;
3. A nova estimativa orçamental teve em atenção a atualização de preços derivada da evolução dos valores médios de mercado, verifica-se uma diferença de valores fase à inicial fixando-se em €444.931,87 (quatrocentos e quarenta e quatro mil novecentos e trinta e um euros e oitenta e sete cêntimos), à qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor;
4. Atualizada a estimativa orçamental pretende-se promover a referida requalificação nos exatos termos da deliberação anterior.

Propõe-se que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das autarquias locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere aprovar o projeto de execução cuja Estimativa Orçamental é no valor de €444.931,87 mais IVA à taxa em vigor.»

Submetida à discussão, o senhor vereador Jorge Giro questionou se existe alguma explicação para que se verifique um aumento dos valores que ronda os 33% em relação ao preço inicial.

O senhor presidente explicou que está em causa um valor um pouco acima dos €100.000,00. O projeto já tem algum tempo e há a consciência que nos últimos meses os

preços e escassez dos materiais e também a falta de mão de obra obriga as empresas pagarem mais aos trabalhadores resultando por isso numa atualização dos preços.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Isenção do pagamento de taxas de utilização do Auditório do Fórum Cultural de Alcochete ao Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«O Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) irá realizar nos dias 24, 25 e 26 de janeiro, um evento nacional que contará no ano de 2024 com a 3.^a edição, destinado a médicos psiquiatras, psicólogos, enfermeiros especialistas em Saúde Mental, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e aos demais interessados pela área de Saúde Mental por forma a estabelecer uma relação de maior proximidade com a Comunidade.

Assim, considerando o manifesto e relevante cariz humanitário, filantrópico e solidário que esta entidade possui para a nossa comunidade, propõe-se a isenção do pagamento de taxa de utilização do Auditório do Fórum Cultural de Alcochete ao Centro Hospitalar Barreiro Montijo E.P.E, no valor de €1.408,79 (mil quatrocentos e oito euros e setenta e nove centimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor de 23%, nos termos do disposto na alínea b), n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento das Taxas Municipais, publicado em “Diário da República”, 2.^a Série, de 3 de dezembro de 2010.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5. Bolsas de estudo “Alcochete Educa” – Lista definitiva de seriação de candidatos

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito da atribuição de Bolsas de Estudo “Alcochete Educa” foram rececionadas 44 candidaturas a este apoio junto dos serviços de educação do Município.

De acordo com o estabelecido no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior — “Alcochete Educa” e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a aprovação da lista definitiva de seriação de candidatos, em anexo e a atribuição de 14 bolsas de estudo no 1.º escalão, 3 bolsas de estudo no 2.º escalão e 5 bolsas de estudo no 3.º escalão, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de 22 Bolsas de Estudo para o ano letivo 2023/2024.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Lista Definitiva de Seriação de Candidatos, como **Doc. 3**.

4.6. Celebração de Contrato Programa com o Ténis Clube de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;

- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2023, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.200,00 (mil e duzentos euros), ao Ténis Clube de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 4**.

4.7. Celebração de Contrato Programa com o Grupo Desportivo Alcochetense

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores

essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2023, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €28.000,00 (vinte e oito mil euros), ao Grupo Desportivo Alcochetense.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 5**.

Não votou o senhor vereador Jorge Giro ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

4.8. Celebração de Contrato programa com a Associação Alcochete Aktivo

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2023, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.200,00 (mil e duzentos euros), Associação Alcochete Aktivo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 6**.

5. Apoios financeiros

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

- Atribuição de apoio financeiro à Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo/Conservatório Regional de Artes do Montijo (CRAM)

«O Município de Alcochete como entidade pública gestora, organizadora e reguladora de um território, tem um conjunto de preocupações e obrigações ao nível da promoção cultural e do apoio e estímulo às entidades locais e regionais promotoras de cultura que trabalhem com o fim último de desenvolver programas/ações/atividades que estimulem a comunidade a uma fruição e aprendizagem culturais.

O Município de Alcochete e a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo/Conservatório Regional de Artes do Montijo (CRAM) comprometem-se numa articulação fundamental ao ensino especializado nas áreas da música, da dança e do teatro que se propõe formar músicos, bailarinos, criadores e professores, mas também ouvintes e espetadores, através da aquisição e competências nos domínios da execução artística especializada a nível vocacional, ajudando a formar pessoas e desenvolver aprofundadamente o seu sentido estético e capacidade crítica apoiando cerca de 80 alunos do concelho de Alcochete.

Assim, no âmbito do Protocolo de Parceira celebrado entre o Município de Alcochete e a Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo/Conservatório Regional de Artes do Montijo (CRAM), aprovado na reunião de Câmara de 15 de maio de

2014 e de acordo com o n.º 1.4, da cláusula 3.^a, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de €6.000,00 (seis mil euros).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

- Apoio financeiro à Igreja Paroquial de S. Brás do Samouco

«O Município de Alcochete reconhece e valoriza, como fator de reforço da coesão social no seu território, o trabalho desenvolvido pelo movimento associativo em prol das populações.

Compete ao Município o apoio e a dinamização do movimento associativo, no desenvolvimento de atividades de interesse municipal, entre as quais se incluem as de natureza social, tal como estabelece o artigo 33.º, n.º 1, o) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo o qual compete à Câmara Municipal “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”.

A Igreja Paroquial de S. Brás do Samouco, através do Grupo Socio-Caritativo, realiza um importante e insubstituível papel social no apoio a pessoas e famílias carenciadas ou em situações de emergência social prestando apoio alimentar.

Considerando a proximidade da época natalícia, a rede de parceiros locais que garante a resposta alimentar semanal a 383 pessoas, com carências socioeconómicas, tem dificuldade em reforçar os cabazes alimentares com os géneros que constituem a tradicional ementa de Natal, como o bacalhau.

Por tudo o exposto, o Município de Alcochete pretende garantir o reforço alimentar dos cabazes de Natal distribuídos a todos os agregados familiares carenciados do concelho, nomeadamente com proteína. Assim, propõe-se a atribuição de apoio financeiro, no montante de €650,00 (seiscentos e cinquenta euros), à Igreja Paroquial de S. Brás do Samouco.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

6. Informações

Pelo senhor presidente foram prestadas as seguintes informações:

- Rancho Folclórico Danças e Cantares do Passil - Programa da RTP "Estrelas ao Sábado";

«Sábado, dia 9 de dezembro, o Rancho Folclórico Danças e Cantares do Passil vai representar o concelho de Alcochete no programa “Estrelas ao Sábado” da RTP.

“Estrelas ao Sábado” é um concurso de talentos de música popular portuguesa, onde o Rancho do Passil vai participar com quatro músicas sobre o concelho de Alcochete. No pequeno ecrã vão poder ver-se e ouvir-se: Vira do Pescador & Bailarico de Pancas; Não vou lá Acima a Sala & Fado Batido.

O vencedor é escolhido por um júri experiente, mas a opinião do público também tem grande peso na votação.

Mesmo à distância e no conforto do lar convidamos a ver e apoiar o Rancho Folclórico Danças e Cantares do Passil, este sábado, dia 9, na RTP, depois do jornal das 13h.»

A Câmara tomou conhecimento.

- Programação de Natal

«08 de dezembro

Mercado de Natal

Animação do mercado: modelagens de balões e pinturas faciais

11h00 às 21h00 | Largo do Coreto

Dança: Tango Passion

17h00 - Fórum Cultural de Alcochete

09 de dezembro

Mercado de Natal

Animação do mercado: modelagens de balões e pinturas faciais

11h00 às 21h00 | Largo do Coreto

Hora do Conto: Histórias com os Reis Magos e o Menino Jesus

11h00 | Galeria Municipal

Entrada: Gratuita

Informações: Biblioteca de Alcochete – 212 349 720 | biblioteca@cm-alcochete.pt

Teatro: O Primeiro dia da Minha Vida

21h00 | Fórum Cultural de Alcochete

Associação Gil Teatro

Informações: Fórum Cultural de Alcochete – 212 349 640 | forum.cultural@cm-alcochete.pt

10 de dezembro

Mercado de Natal

Animação do mercado: modelagens de balões e pinturas faciais

10h00 às 19h00 | Largo do Coreto

Oficina de artes: Oh! Oh! Oh! Chegou o Pai Natal!

11h00 e 15h00 | Galeria Municipal

Entrada: Gratuita (com marcação e limitada ao número de lugares existentes)

Informações: Biblioteca de Alcochete – 212 349 720 | biblioteca@cm-alcochete.pt»

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foram prestadas as seguintes informações:

– Convívio Desportivo de Basquetebol, Ginástica e Jogos Pré-desportivos

«No âmbito do Projeto “Convívios Desportivos” destinado a todas as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do Ensino Básico do concelho de Alcochete, a Câmara Municipal de Alcochete organizou na passada manhã de dia 11 de novembro, o Convívio Desportivo de Basquetebol, Ginástica e Jogos Pré-desportivos.

Entre os participantes, registou-se a presença de 128 crianças, acompanhadas e orientadas por um *staff* com 31 elementos, entre os quais, técnicos de desporto da autarquia e alunos do curso de apoio à gestão desportiva da ESA.

Destacamos também as excelentes condições oferecidas pelo polidesportivo exterior do Valbom e pelo pavilhão municipal, bem como a enorme presença dos Encarregados de Educação, evidenciando toda a vitalidade do atual momento do Desporto em Alcochete.

O Município de Alcochete providenciou lanche a todos os participantes.»

A Câmara tomou conhecimento.

– Programa Alcochete Aventura – “Passeio Pedestre – Salinas do Samouco”

«No âmbito do Programa Alcochete Aventura de 2023, a Câmara Municipal de Alcochete organizou no passado dia 19 de novembro o passeio pedestre “Salinas do Samouco”.

O passeio realizou-se nas Salinas do Samouco – Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental e, contou com a presença de 219 participantes, num percurso guiado com aproximadamente 10 km's.

Congratulamo-nos com os vários comentários positivos relacionados com todas as atividades do programa Alcochete Aventura e, em particular, com a beleza no nosso património ambiental, mas orgulha-nos, sobretudo, a forte participação da nossa população e de quem nos visita regularmente.

Apresentamos também o nosso agradecimento à Fundação para a Proteção das Salinas do Samouco, bem como ao Agrupamento de Escolas de Alcochete e aos elementos do Curso Profissional e Tecnológico de Apoio à Gestão Desportiva.»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:00 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.